



## **CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA HABITACIONAL NO SERTÃO NORDESTINO: Estudo de caso dos residenciais Minha Casa Minha Vida em Juazeiro (BA) sob a ótica dos moradores**

### **Autores:**

CÍCERO HARISSON SOUZA - UFPE - HARISSON.FEELING@GMAIL.COM

### **Resumo:**

As políticas de habitação e o direito a cidade são amplamente debatidos na Reforma Urbana. No período recente a implantação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), propiciou um campo fértil de ideias e criticidade sobre a ocupação socioespacial e seus problemas urbanos. A literatura aborda que, apesar das dimensões quantitativas do MCMV, sua implantação também agravou a dificuldade de acesso aos serviços básicos nas camadas sociais mais vulneráveis. Outros trabalhos já foram desenvolvidos nesta temática. Este artigo apresenta também a participação popular, por meio de entrevistas em relatos. Em Juazeiro, cidade média do sertão baiano, foram inauguradas nove mil casas contemplando cerca de 40 mil pessoas, segundo a prefeitura local. Entretanto, a percepção da população dos residenciais, é de desamparo da esfera pública, periferização de suas famílias e da dificuldade em suprir necessidades básicas que fazem parte da vida urbana.

# CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA HABITACIONAL NO SERTÃO NORDESTINO

Estudo de caso dos residenciais Minha Casa Minha Vida  
em Juazeiro (BA) sob a ótica dos moradores

## INTRODUÇÃO

Considerado um dos maiores programas habitacionais da história do país, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi instituído em 2009 pela Lei n. 11.977 durante o governo do Partido dos Trabalhadores. O projeto é um avanço quando comparado a iniciativas anteriores. Conforme aponta Menezes (2014) a alocação de recursos considerou as famílias de baixa renda, diferentemente do PAR (Programa de Arrendamento Residencial), do ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso. “No PAR, as famílias pagavam em média prestações de R\$132 durante 15 anos, o que restringia o alcance da política pública em relação aos estratos populares” (MENEZES, 2014, p.99).

O MCMV Habitação Urbana possui algumas especificidades que podem ser encontradas no site da Caixa Econômica Federal (CEF). Dentre elas as faixas de renda, que são formas de classificar o acesso ao programa.

**Tabela 1. Distribuição das faixas por renda familiar MCMV – Habitação Urbana**

FAIXAS	RENDA FAMILIAR	DESCRIÇÃO
Faixa 1	Até 1,8 mil reais	Financiamento de até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar.
Faixa 1,5	Até 2,6 mil reais	O empreendimento é financiado pela Caixa com taxas de juros de 5% ao ano em até 30 anos. Os subsídios têm como teto 47,5 mil reais.
Faixa 2	Até 4 mil reais	Subsídios de até 29 mil reais.
Faixa 3	Até 7 mil reais	Oferece taxas de juros mais baixas em relação ao mercado, para casa própria.

**Fonte:** <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>

Ainda de acordo com as informações da CEF, o contrato possui algumas etapas desde a inscrição até a avaliação. Os brasileiros da Faixa 1 precisam se inscrever na Prefeitura dos municípios contemplados, para que se iniciem o processo de seleção. Já o grupo pertencente as demais Faixas, o contrato pode ocorrer de forma individual (com simulação de renda) ou através de uma entidade organizadora. Posteriormente, a Caixa faz uma avaliação do cadastro e da documentação das famílias que serão notificadas sobre a data de sorteio das unidades. Após os processos é assinado o contrato de financiamento. Esta é a faixa que irá compor a discussão deste trabalho.

Por mais que seja uma iniciativa considerável do governo federal para reduzir o déficit habitacional dentre os mais pobres, o programa também apresenta contradições. A urbanista Ermínia Maricato tem um histórico de contribuições nas temáticas urbanas, ela ocupou cargos junto ao Ministério das Cidades e em sua trajetória aborda a reforma urbana, política habitacional e os conflitos na produção do espaço. De acordo com Maricato alguns aspectos do programa ocasionaram em uma piora das cidades, aumentou ainda mais a dificuldade dos mais pobres no acesso a moradia e resultou em bairros vulneráveis ao crime organizado (MARICATO, 2018). Em sua avaliação, a localização dos empreendimentos foi um fator preponderante para o agravamento da política urbana. A escolha dos locais em que os residenciais foram construídos não partiu do Governo Federal, mas de empresas da construção civil.

Muitos conjuntos residenciais foram construídos distante dos centros das cidades e irão precisar de décadas para superar a lacuna da distância e integra-se aos outros bairros da urbe. Foi um investimento de grandes dimensões que se aliou a uma especulação de terras (MARICATO, 2018). Os contratos de construção do governo federal já criaram 5 milhões de novas residências. Segundo a Caixa o MCMV beneficiou 14,7 milhões de pessoas (BBC, 2018). Mas as críticas também são para os números. Entre os anos 2009 e 2015 ocorreu um boom imobiliário no Brasil, ampliando a “dispersão urbana”, é o que dizem Maricato e Akaishi (2018). Para estas autoras, os loteamentos fechados e os residenciais foram vetores desta dispersão e da fragmentação urbana. As esferas municipais ampliaram o perímetro urbano (principalmente nas cidades médias), incluindo latifúndios. A medida contribuiu para um aumento do preço dos alugueis e do m<sup>2</sup> de construção (MARICATO; AKAISHI, 2018). Com as cidades mais dispersas, os problemas de mobilidade urbana, meio ambiente e acesso aos serviços tendem a se agravar. Tal dispersão reflete numa cidade mais cara e improdutiva, os preços para implantar serviços básicos (saúde, educação, coleta de lixo, saneamento) ficam mais elevados (MARICATO; AKAISHI, 2018).

Eis que enfrentamos o dilema das políticas públicas e suas eficácias no combate real da pobreza urbana e dos problemas de habitação. Segundo ROLNIK (2003) o Brasil urbano do terceiro milênio é ocupado por um vasto “campo da pobreza”, e uma urbanização incompleta. Este quadro não está presente apenas nas metrópoles, mas também nas cidades médias incluídas no circuito do dinamismo econômico e da “modernização seletiva”. A situação de precariedade nas periferias é amplamente discutidas na temática urbana, as carências dos serviços sociais e estruturais não foram totalmente amenizados com os programas habitacionais do Brasil. “Marcadas pela concentração de renda, desigualdades sociais e processos de exclusão sócio territorial, os riscos se ampliam e, por sua vez, vão exacerbando

os conflitos, como fica evidenciado principalmente pela violência urbana que coloca a vida da sociedade como um todo sob um grau máximo de vulnerabilidade.” (ROLNIK, 2003, p.4)

Rolnik (2003) traz para a discussão elementos importantes em que a “cidade se defende dela mesma”. Seja com os termos periferia, conjunto habitacional ou favela, essas denominações são marcadas pelo que é “menos urbano, o mais inacessível e desqualificado dos espaços para evitar a convivência que ameaça valores imobiliários e estabilidade social (ROLNIK, 2003, p.5). A autora pauta sua criticidade ao MCMV, formulando que o programa foi proposto como um pacote habitacional vertebrado pelo Estado e o capital imobiliário. As negociações se deram apenas “entre os empresários do setor e o Ministério da Fazenda, excluindo a participação do Ministério das Cidades, e da equipe que estava formulando o Plano Nacional de Habitação, sem nenhuma interlocução com o Conselho das Cidades ou com o Conselho da Habitação” (ROLNIK, 2015, p. 300 apud PACHECO et al, 2017, p.4). A falta de outros atores na implementação do programa provocou vários movimentos que pressionaram o governo, como o “esvaziamento do Conselho das cidades ocupações e mobilizações organizadas em diversos estados, que a partir de uma negociação, resultou na modalidade Minha Casa Minha Vida Entidades” (PACHECO et al, 2017, p.5)

Para Cardoso e Aragão (2013) a atuação do setor privado tinha como interesse a valorização imobiliária dos seus investimentos. A busca se valia pelos terrenos com baixo custo, reduzindo os valores de produção. “O que se obtém com a escolha de terrenos mais baratos é a ampliação das margens de lucro e não a redução do preço final. Por consequência, há o aumento do custo social para os adquirentes que terão maiores despesas devido à má localização dos empreendimentos” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013 apud PACHECO et al, 2017, p.7).

Os apontamentos destacados são perceptíveis em Juazeiro, cidade média do sertão baiano e de importância regional para o interior nordestino. Entre 2011 e 2017 foram inaugurados nove mil domicílios do programa MCMV que, segundo o poder público local, beneficiou 40 mil pessoas. Foi um dos maiores contratos do Nordeste e o de maior relevância na história do município. Partindo da criticidade exposta, este trabalho buscou identificar as problemáticas discutidas por alguns destes pesquisadores da Reforma Urbana. O objetivo central é construir uma reflexão sobre as condições habitacionais dos residenciais urbanos, a partir do panorama encontrado em Juazeiro, sob a ótica dos moradores na exposição das contradições deste programa.

Os procedimentos metodológicos consistem em apresentar os residenciais MCMV da cidade baiana, contemplando análises que foram pertinentes a localização, infraestrutura e informações que convieram de auxílio no detalhamento dos conjuntos habitacionais. Posteriormente foram selecionados três (03) moradores de residenciais diferentes, para que participassem do trabalho respondendo um roteiro de perguntas sobre as condições de vida e acesso aos serviços básicos. O critério adotado para escolha dos entrevistados, foi que tivessem mais de 18 anos e que residissem há pelo menos um ano nos seus respectivos condomínios. As questões permitam esboçar o perfil do morador quanto a renda, escolaridade, naturalidade e a avaliação do participante sobre alguns temas sociais: violência, saúde, educação, transporte e coleta de lixo. A análise qualitativa dos depoimentos contribuiu

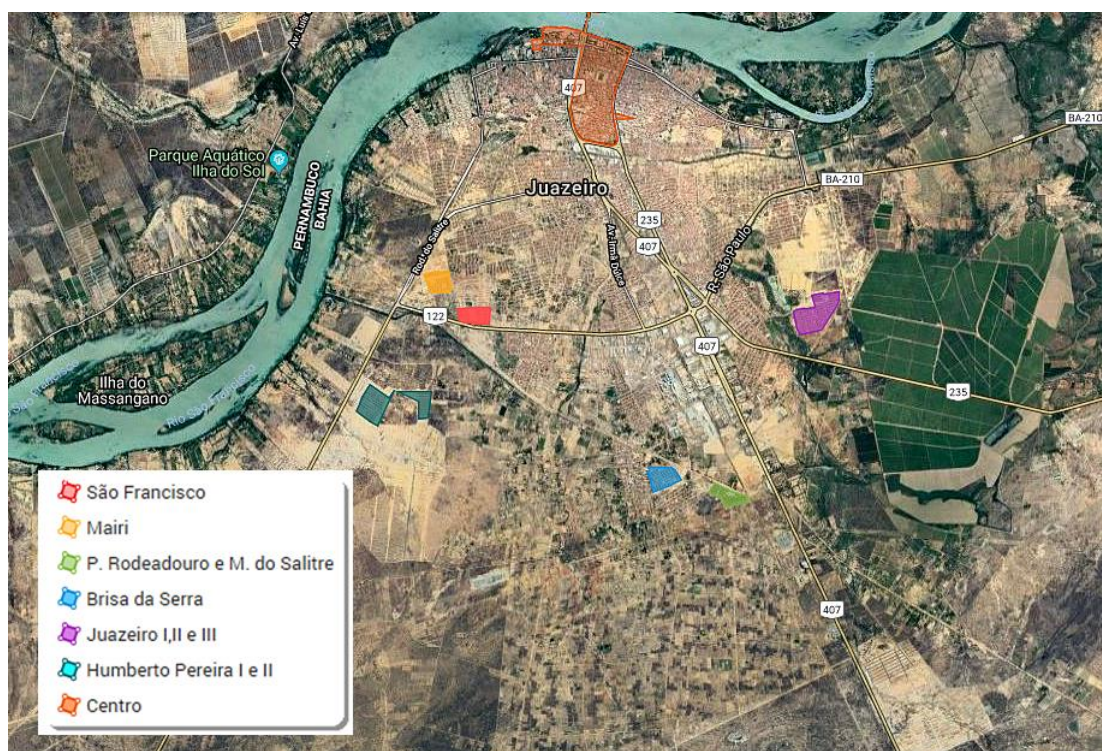
significativamente com o artigo, permitiu tecer associações entre as leituras do arcabouço teórico e a realidade encontrada em Juazeiro.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade baiana passou por um boom imobiliário no início da década alavancada pelo programa MCMV. Em 2010, durante o Censo, nenhum residencial havia sido inaugurado. Até então eram 197 mil habitantes no município, dos quais 160 mil estavam na zona urbana (81%). O total de domicílios ocupados era de 55 mil, sendo 44 mil (80%) urbanos.

O primeiro empreendimento (Residencial São Francisco) só foi inaugurado em agosto de 2011, pela própria presidente Dilma Rousseff. São 1.500 unidades, localizadas na extremidade oeste da cidade. Naquele ano os terrenos no entorno estavam vazios e a ideia de “abandono” era comum entre os moradores. Persistia a sensação de ser “muito longe”, para quem estava habituado a residir em áreas mais centrais (ainda que fossem precárias). Após o São Francisco, outros seis foram construídos e entregues pelo governo federal. O mais recente foi o Residencial Humberto Pereira I e III, com inauguração em 2017 na gestão do atual presidente Michel Temer. No entanto, a última etapa (III) deste condomínio com 500 casas não iniciou sua construção - até o fechamento deste artigo.

**Figura 1. Localização dos Residenciais MCMV em Juazeiro**



Fonte: o autor, a partir do Google Maps 2018.

A figura 1 mostra a atual configuração da zona urbana. Após a construção dos empreendimentos MCMV, loteamentos foram sendo construídos em suas proximidades. O Centro da cidade está na área norte da sede, junto ao Rio São Francisco e afastado das novas áreas urbanas.

**Tabela 2. Quadro situacional dos empreendimentos MCMV Juazeiro (2011-2017)**

RESIDENCIAL	UNIDADES	TIPO	POPULAÇÃO (estimativa)	INAUGURAÇÃO	BAIRRO	DISTÂNCIA (Centro)	ESCOLA (Creche)	SAÚDE (Posto)
São Francisco	1.500	Apt.	7.500	2011	D. José Rodrigues	8,1 km	Em construção	Não
Praia do Rodeadouro	500	Vilage	2.500	2011	João Paulo II	8,3 km	Não	Não
Morada do Salitre	500	Vilage	2.500	2011	João Paulo II	8,3 km	Não	Não
Brisa da Serra	1.500	Casa	7.500	2014	João Paulo II	9,1 km	Não	Não
Juazeiro I, II e III	2.980	Casa	10.400	2015-2016	Itaberaba	6,6 km	Em construção	Sim
Residencial Mairi	1.000	Casa	5.000	2016	Antônio Conselheiro	8,9 km	Não	Não
Humberto Pereira I e II	1.000	Casa	5.000	2017	Nova Juazeiro	10,9 km	Não	Não
Humberto Pereira III	500	Casa	-	A construir	Nova Juazeiro	10,9 km	-	-

**Fonte:** Setor de habitação Municipal, 2018.

A partir da tabela 2 o que é comum aos empreendimentos é a distância para a região central. Estima-se que a população residente nos condomínios seja de 40 mil pessoas, distribuídas nos residenciais que somam quase 9 mil unidades (desconsiderando o Humberto Pereira III, cuja construção ainda não foi iniciada).

Outro aspecto a ser destacado é que apenas o Juazeiro I, II e III possui posto de saúde. Os demais conjuntos precisam recorrer aos outros bairros, para sanar suas necessidades dos serviços de saúde. Duas escolas estão em construção (no São Francisco e no Juazeiro I, II e III). A população também busca outras localidades para matricular jovens e crianças em instituições de ensino básico. Saturando os serviços que são precários. Este é um ponto que fica mais nítido, quando analisamos os relatos dos participantes entrevistados neste artigo.

O poder público, recentemente, vem implementando um projeto social nos residenciais com o objetivo de minimizar os efeitos de suas indigências. O programa<sup>1</sup> “Cuidar da Gente” é uma iniciativa que reúne várias Secretarias do município, em prol de melhorias nessas áreas. Lançado em junho de 2018, o programa visa atender as especificidades de reivindicações de casa condomínio periodicamente. O desenvolvimento das atividades abrange os temas de: saúde, educação, questões ambientais, cultura, esporte e assistência social.

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www6.juazeiro.ba.gov.br/prefeitura-lanca-programa-que-atendera-aos-residenciais-do-minha-casa-minha-vida/> Acesso em 10 nov. 2018.

**Figura 2. Construção de uma escola no São Francisco**



**Foto:** Prefeitura Municipal de Juazeiro, 2018

Além destas intervenções, em 2015 a Caixa investiu na implantação<sup>2</sup> de energia solar nos residenciais Praia do Rodeadouro e Morada do Salitre. De acordo com a CEF, com potencial para produzir 2,1 Mega Watts (MW) a microusina é capaz de abastecer 3,5 mil domicílios durante um ano. O investimento do banco foi de R\$ 6 milhões em recursos não reembolsáveis no projeto. A Brasil Solair, empresa que se encarregou de implantá-lo, entrou com uma contrapartida de R\$ 880 mil.

**Figura 3. Placas solares no Residencial Morada do Salitre**



**Foto:** Reprodução Eco Debate, 2016

<sup>2</sup>Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/energia-solar-financia-melhorias-em-condominios-do-minha-casa-minha-vida> Acesso 20 nov. 2018.

Embora existam atuações do poder público em melhorar as condições de vida dos moradores, a pauta de reivindicações é extensa e variada. Colocando em criticidade a ideia de que não ocorreu um planejamento prévio, na inclusão de famílias de baixa renda nos locais de difícil amparo de políticas e serviços sociais. Tal condição se torna melhor compreendida a partir do discurso extraído na participação de alguns moradores. A importância da realização de entrevistas, cujo detalhamento metodológico foi exposto na introdução deste artigo, assegura a argumentação de que a ineficiência em alguns temas sociais está presente de forma considerável na rotina de quem reside nesses condomínios. Os pseudônimos atribuídos foram escolhidos pelos entrevistados.

## RELATOS DAS ENTREVISTAS

### **Brenda Ribeiro, 18 anos - Natural de Natal (RN), moradora do Juazeiro II (Itaberaba).**

Brenda está passando pela sua primeira gravidez, ela descobriu que será mãe de uma menina ano que vem. Por este motivo, ela deu uma pausa nos estudos pro Enem (Exame Nacional do Ensino Médio, método de ingresso no Ensino Superior). Até então, em sua formação está concluído apenas o Ensino Fundamental. No domicílio residem ela e o namorado (20 anos de idade), atualmente ele trabalha em um supermercado da cidade. Brenda fez cursos do Sistema “S” (Senai), porém estava sem atividade remunerada no mês de julho (referência temporal utilizada na aplicação do questionário). A renda domiciliar está na faixa de 1-3 salários mínimo (SM = 954 reais em julho/2018). O casal tem apoio dos familiares para arcar com as despesas.

No discurso de Brenda pôde-se perceber que o residencial em que ela mora apresenta problemas de menor intensidade quando comparados aos demais. Ainda assim, ela afirma que se mudaria para outro bairro desde que seja com um imóvel próprio. Segundo o casal, esta é a maior vantagem de residir no Juazeiro I, a casa própria. Embora a distância para o Centro seja considerável (para os padrões da dimensão urbana da cidade), o transporte coletivo oferece ônibus a cada 15 minutos saindo do Residencial. Além desta opção, o recém-inaugurado Juá Garden Shopping oferece serviços mais próximos dos moradores que dependem cada vez menos das áreas centrais (segundo a participante). O caso específico de Brenda, que requer acompanhamento médico, ainda a condiciona em ir para clínicas localizadas no bairro Santo Antônio (região central).

Dentre os serviços abordados na entrevista, Brenda apontou a coleta de lixo como o tema mais preocupante. De fato, nas observações do entorno domiciliar ficou nítido que existem problemáticas profundas quanto a limpeza das ruas, calçadas e avenidas. Isso coloca em debate a atuação do poder público e a cultura dos moradores em não se preocuparem com a destinação adequada ao lixo que produzem. Nas palavras dela: *“os vizinhos não colaboram com a limpeza do condomínio. Existem vários puxadinhos com material de construção no meio da rua. As pessoas não têm educação e a Prefeitura precisa fazer alguma coisa, tomar alguma providência pra acabar com tanto lixo”*. Este foi o principal problema eleito por Brenda em sua rotina. A participante se preocupa com o ambiente em que sua filha irá crescer, para ela a limpeza urbana é um fator crucial na qualidade de vida.

**João Melo, 24 anos - Natural de Feira de Santana (BA), morador do Praia do Rodeadouro (João Paulo II).** João está desempregado há seis meses e mora com sua mãe e seus dois irmãos no residencial Praia do Rodeadouro. A matriarca da família tem um salão de beleza, dentro do domicílio, e sustenta os filhos junto com uma pensão do pai (o casal é divorciado). João pretende cursar Educação Física e está empenhado nos estudos do ENEM, segundo ele é a melhor forma de mudar de vida e fazer o que gosta. Concluinte do Ensino Médio em 2012, ele vem tentando buscar o mercado de trabalho, mas enfrenta problemas com o desemprego que assola o país. A renda mensal domiciliar está na faixa de 1-3 salários mínimos (SM = 954 reais em julho/2018).

É consenso entre a família que eles não gostam de onde moram. Inclusive, pensam em abrir mão da casa para morar de aluguel em outro bairro. De acordo com o participante, a situação não é tão incomum pois ainda existem casas vazias no residencial. O principal motivo da insatisfação é a distância dos serviços mais básicos. Diferente da situação de Brenda na entrevista anterior, João reclama que o transporte público é insuficiente para as necessidades locais. Além da demora, os ônibus estão sempre lotados e o percurso até o Centro dura mais de meia hora.

Este residencial usa de placas solares para geração de energia. Porém, conforme João, o serviço não é totalmente eficiente e as contas de energia continuam caras, vindas pela Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia). A internet, por outro lado, é boa tanto em velocidade como em conexão. A casa faz uso em conjunto com uma vizinha, que contratou os serviços de banda larga de uma empresa local.

A família de João recorre muito ao bairro João Paulo II, que em muitos casos é mais vantajoso do que ir ao Centro. O bairro possui uma certa “independência” com serviços bancários, lojas de vestuário, mercados, escolas, posto de saúde, restaurantes e outras necessidades que família faz uso. Conforme a declaração: *“acho que ninguém gosta daqui do condomínio. As vezes parece que nada funciona, nem nas reuniões os moradores aparecem. O poder público passa essa sensação de abandono e não acho que as medidas propostas por eles vão melhorar o local, penso que apenas nos jogaram para o fim da cidade sem se preocuparem com a educação dos nossos jovens, a saúde dos nossos idosos. Isso me deixa revoltado”*. A vontade de deixar o domicílio foi enfatizada várias vezes, durante sua participação.

**Dandara Silva, 20 anos - Natural de Juazeiro (BA), moradora do São Francisco (Dom José Rodrigues).** Aos vinte anos de idade Dandara já é mãe de uma menina. Ela engravidou na adolescência e criou a filha com a ajuda de sua avó. A mãe de Dandara mora em Salvador (BA) e o pai dela, em Mauá (SP). Os rendimentos da casa vêm de “bicos” e da aposentadoria da avó. A renda mensal familiar está na faixa de 1-3 salários mínimos. (SM = 954 reais em julho/2018).

A entrevistada diz não gostar de onde mora, principalmente pela violência, a qual já foi vítima. Ela contou que há dois anos estava retornando da escola com amigas, as moças foram abordadas por dois rapazes que anunciaram o assalto. De acordo com ela, a escola proibia o uso do celular e por isso nenhuma das meninas estava com aparelho. Os assaltantes as machucaram com violência física e verbal, até serem avistados por uma ronda policial e fugirem do local. O trauma não foi o suficiente para Dandara deixar o residencial: *“eu não*

*tinha opção, estava sem trabalho e um aluguel no Centro é muito caro pra minha avó. Logo depois veio o nascimento da minha filha, aumentando ainda mais despesas. O jeito era viver com medo”.*

Além deste caso, ela diz que sempre presenciou cenas de violência. O mais grave foi uma perseguição entre traficantes que resultou em uma bala perdida, atingindo uma mulher grávida. A narrativa continua: *“são muitos casos todos os finais de semana e dos mais variados. Posso citar os que já presenciei, estupro, briga entre vizinhos, assaltos, mortes envolvendo o tráfico de drogas e tantos outros. Eu temo pela minha filha que vive trancada, ela não tem convivência com outras crianças. Sempre saio com ela para o Centro ou pro Shopping, porque até pra andar de bicicleta aqui dentro é uma aventura.”*

Sendo o primeiro residencial a ser inaugurado em Juazeiro, o São Francisco enfrenta problemas com violência desde 2011. Outros entraves também são empecilhos para a qualidade de vida dos moradores. Existem muitas rachaduras, ferros expostos e problemas na encanação, algo que requer preocupação por ser um projeto federal de grandes proporções na habitação urbana. As residências estão desconfiguradas, há cercados feitos com troncos de árvores e os moradores encontram problemas para entrar em contato com a construtora (referente a fiscalização e o relato dessas falhas estruturais).

Correlacionando os depoimentos com a avaliação sobre outros temas sociais, foi possível elaborar uma tabela-síntese com as respectivas abordagens e comparativos entre os participantes.

**Tabela 3. Síntese dos relatos com abordagem temática**

<b>TEMA</b>	<b>BRENDA</b>	<b>JOÃO</b>	<b>DANDARA</b>
<b>Saúde</b>	<i>Tem posto, mas ela prefere usar equipamentos de saúde de outros bairros próximos do Centro.</i>	<i>Tem um posto no João Paulo II, porém nem sempre há médicos e remédios em quantidade necessária.</i>	<i>Não tem posto, usa o do bairro D. José Rodrigues e nem sempre há vagas.</i>
<b>Educação</b>	<i>Muitas crianças estudam no bairro Itaberaba.</i>	<i>Não há escolas, apenas no bairro João Paulo II e a disputa por vagas é um grande problema para quem mora no residencial.</i>	<i>Os moradores também recorrem ao bairro D. José Rodrigues para matricular seus filhos. Ao lado do residencial tem o IFBA (Instituto Federal).</i>
<b>Transporte</b>	<i>Há frequência de ônibus que atendem as necessidades da participante.</i>	<i>Reclama de muita demora, tanto pelo tempo de espera como pelo trajeto a ser percorrido até o Centro.</i>	<i>Superlotação e estrutura precária. Usa transportes via aplicativo de celular.</i>
<b>Segurança</b>	<i>Existe um posto policial na entrada no condomínio.</i>	<i>Não é tão frequente ver casos de violência, mas a vizinhança é litigiosa. Há um vigilante no condomínio.</i>	<i>É o tema mais grave do residencial, ainda não foram tomadas medidas efetivas de combate ao crime e as drogas.</i>

<b>Coleta de Lixo</b>	<i>Pior problema do residencial, há uma preocupação da moradora com o assunto, que segundo ela, não é levado a sério como deveria.</i>	<i>Não há problemas graves com o lixo</i>	<i>Há mutirões de limpeza, o entorno do residencial requer atenção.</i>
<b>Lazer</b>	<i>Vai ao shopping para cinema, socializar, compras e necessidades de serviços mais urgentes.</i>	<i>Há duas quadras e parque infantil. Mas estão depredados. As pessoas preferem ir ao shopping.</i>	<i>Os moradores fizeram campos de futebol em terrenos próximos, montaram trailers com comida e bares em garagens.</i>

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

A partir do comparativo na tabela 3, alguns temas se sobressaem diante de outros conforme as demandas de cada participante. No caso de Brenda, a coleta de lixo é o maior destaque do seu depoimento. As políticas públicas na conscientização ambiental e a atuação da Prefeitura revelam lacunas nesta questão. Este debate precisa ser repensado e as ações remodeladas, vista a insatisfação com o atual cenário.

João nos alerta para o sentimento de abandono e “periferização” que compõe sua narrativa com indignação. A ideia de que os moradores foram “escanteados” para um local longe dos principais serviços, vem sendo debatida pela literatura. As pessoas reclamam e não têm laços com o lugar onde moram, ainda que seja uma análise do campo subjetivo, o zelo pelo espaço promove mudanças no olhar de quem o habita e pode impulsionar a busca por melhorias.

Dandara foi vítima de violência, a sensação de insegurança descrita por ela é vivenciada pelos vizinhos. Muitos deles também se sentem “jogados” sem o devido amparo social. Falta de serviços, de emprego, de perspectivas por parte dos mais jovens, são indicadores desse sentimento de desilusão. Alguns são atraídos pela criminalidade que se insere naquela área da cidade. Juazeiro enfrenta problemas com o tráfico de drogas, alguns trabalhadores da área de segurança pública afirmam que boa parte dos crimes ocorridos no município, tem ligação com o tráfico.

O que há de comum nas três participações é a busca por serviços em bairros mais próximos (principalmente os bairros João Paulo II, Dom José Rodrigues e o Centro). Este assunto coloca em discussão uma outra preocupação, a de saturar os serviços desses bairros que já são alvo reclamações por parte dos moradores “tradicionais”. Foi relatado que as vagas ofertadas no atendimento à saúde e nas matrículas escolares, não são suficientes. O setor privado, através do Juá Garden Shopping (próximo de alguns dos residenciais) auxilia na diversificação das demandas ligadas ao lazer, compras, operações bancárias e serviços para o cidadão (SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor). Por outro lado, o setor público precisa trabalhar melhor suas políticas sociais. Embora elas existam através dos projetos da prefeitura, medidas mais pragmáticas podem ser desempenhadas.

## CONCLUSÃO

Nas considerações finais, gostaria de inserir a reflexão de Tosta (2016) sobre a dinâmica socioespacial urbana na atualidade. No Brasil o crescimento das cidades obedece a uma lógica capitalista, priorizando o retorno rápido dos investimentos privados apoiados pela esfera pública. A desigualdade de ocupação do espaço transforma a cidade moderna em um cenário de disputas territoriais, pelo acesso ao bem-estar.

“Normalmente o capitalismo não tem possibilidade de oferecer a todos os membros da sociedade as mercadorias que ele tem condições de produzir e que os consumidores teriam condições de consumir. Em outras palavras, o capitalismo precisa de escassez para sobreviver. A casa própria é especial neste sentido, pelo fato do morar ser uma necessidade básica, sendo assim, o valor dos imóveis é alterado de acordo com a conveniência de mercado.” (TOSTA, p.27, 2016)

Este sistema reforça a ideia de atribuir valor sobre a terra e conseqüentemente subjugar áreas mais degradadas e vulneráveis. Incentivando a segregação e dificultando o direito a cidade a partir do bairro, dos residenciais, das localidades mais pobres. Em Juazeiro o panorama apresentado neste artigo é um recorte do que ocorre nas metrópoles e cidades médias brasileiras. Na última década os bairros mais precários, com indicadores sociais mais baixos e que tinham problemas de ordem estrutural, assim permaneceram nesta década atual (embora apresentassem melhorias em alguns índices que avaliam a qualidade de vida).

A questão habitacional passou por debates históricos e em sua trajetória, o tema ainda não foi totalmente efetivado de acordo com a exposição de suas contradições. Por décadas “autoconstrução” foi uma alternativa por parte da população mais pobre em garantir um direito, que hoje faz parte da base constitucional, resultando em invasões e residências em locais inapropriados. Embora a iniciativa do MCMV traga uma proposta mais sólida na temática do habitar, outros campos da política pública deveriam estar articulados ao programa.

“Essa falta de diretrizes prejudicou a atuação de outras esferas de governo, da própria sociedade e outros membros do Estado. A demanda habitacional era trabalhada de forma descolada de outras políticas urbanas, não havia envolvimento com as políticas de mobilidade, saneamento, planejamento e infraestrutura. Não existia uma continuidade dos programas habitacionais e os poucos criados eram fragmentados.” (TOSTA, p.31, 2016)

Os apontamentos de Tosta (2016) permitem associar tal ausência de articulação com as narrativas dos participantes nas entrevistas. A diversidade de insatisfações nos temas sociais questionados, é resultado deste processo. No caso juazeirense o produto deste artigo é a necessidade de repensar meios com soluções reais de promover a reforma urbana. Como sugestão para futuros trabalhos: o monitoramento da efetividade das intervenções do propostas pelo poder público.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Lúcio Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim. *Do fim do BNH ao Programa Minha Casa, Minha Vida*. In: CARDOSO, Lúcio Adauto (org.). *O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil em Síntese*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>> Acesso em 30 out. 2018
- MARICATO, Ermínia.; AKAISHI, Gabriela. *Transparência de dados: arma contra especulação imobiliária e cidades excludentes, 2018*. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FCidades%2FTransparencia-de-dados-arma-contr-especulacao-imobiliaria-e-cidades-excludentes%2F38%2F39999#.WuINk5rgts.whatsapp>>. Acesso em 12 out. 2018.
- MARICATO, Ermínia. *Entrevista BBC Brasil, 2018*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>>. Acesso em 02 out. 2018.
- MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de. *Programa Minha Casa Minha Vida: Universalização Ou Focalização?* Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.98-112, dezembro. 2014. Anual. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 31 out. 2018.
- PACHECO, Daiane da Silva; ARAÚJO, Débora Magalhães. *Programa Minha casa, Minha vida: uma análise crítica de suas tendências e resultados a partir de estudos e produções teóricas sobre o Programa, 2017*. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/programaminhacaminhavidamaanalisecriticadesuastendenciaserresultadosapartirdeestudoseproducoesteoricasobreoprograma.pdf>>. Acesso em 24 out. 2018
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015
- ROLNIK, Raquel. *Política urbana no Brasil. Esperança em meio ao caos?*. Revista da ANTP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/esperanca%20em%20meio%20ao%20caos.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2018.
- TOSTA, Aline Oliveira. *A dimensão espacial do direito à cidade: acesso à equipamentos públicos e infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 – 2015)*. 142f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura – Salvador, 2016.